



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

A nível mundial tem-se assistido a um crescimento continuado das populações de javalis, sendo muitos os exemplos onde as populações se tornaram problemáticas, e Portugal não é exceção;

Nalguns casos estão a ser desenvolvidas grandes operações para solucionar os problemas existentes, quer com abates sistemáticos, quer com capturas e translocações, quer pela gestão cinegética, adaptando o esforço de caça, sendo esta última a forma mais económica e sustentável de gerir populações de javalis;

Para além do crescimento generalizado pelo território, um pouco por todo o lado, tem-se assistido a um crescimento particularmente exagerado das populações de javalis junto a áreas urbanas e em parques naturais onde a caça está proibida;

A ausência de caça, em especial, mas igualmente a grande abundância de alimento que em geral existe nestas áreas (muito ligado aos lixos urbanos) levam a que as coisas se descontrolem e os problemas surjam ciclicamente;

Um pouco por todo o país são frequentes as notícias e testemunhos de destruição de campos agrícolas por javalis, à semelhança, aliás, do que acontece em zonas agrícolas da Europa central (França, Bélgica, Alemanha, etc.), onde a alternância de culturas e a permanente disponibilidade alimentar elevada e coberto favorável, levam a que um javali fêmea se possa reproduzir três vezes em dois anos;

Os principais impactos negativos de populações hiperabundantes e não controladas prendem-se com os estragos em culturas agrícolas, mais frequentes na cultura do milho e culturas hortícolas, povoamentos florestais, destruindo as sementeiras e plantações jovens, e na pecuária, competindo pelos recursos alimentares, causando problemas de hibridação e acarretando riscos sanitários para as espécies domésticas;

Em termos de medidas para o controle das populações, a caça sustentável é de longe a melhor opção, desde logo porque reduz em muito os custos operacionais, bem como assegura uma continuidade da gestão, para além de gerar riqueza, sendo o ato da caça em si e a carne obtida fontes de importante rendimento para as explorações e para a economia rural;

Nesse sentido, deve sempre privilegiar-se a gestão por intermédio da caça, aumentando o esforço de caça/abates quando as populações crescem demais e reduzindo quando estas estão abaixo da população ideal, ajustada à capacidade de sustentação de um determinado espaço;

No caso de estragos pontuais ou concentrados no tempo existe a possibilidade de organizar atos de correção de densidades direcionados a prevenir, minimizar ou eliminar o problema, nomeadamente o abate por intermédio de esperas e batidas ou montarias;

Este tipo de ações depende da autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que, de acordo com informações que chegaram ao conhecimento do Grupo Parlamentar do CDS, nem sempre está sensibilizado para o problema, tendo tendência a indeferir os pedidos ou a criar demasiados entraves, ou ainda a demorar na resposta;

Com frequência, quando é feito um pedido para fazer uma batida (por exemplo nos milhos), de modo a reduzir o número de animais e a expulsar os javalis que aí se instalam e causam abundantes estragos, o ICNF apenas autoriza o uso de cães, e não de armas, pelo que as operações acabam por fracassar, já que sem o abate de alguns animais o problema não se resolve.

Não obstante, nas zonas urbanas, periurbanas e em zonas inacessíveis, em especial quando o problema já está instalado, não se consegue resolver o problema com a caça, geralmente por questões logísticas e de segurança das populações;

Assim, nestas zonas há que encontrar outras alternativas que em geral passam por abates cirúrgicos efetuados por equipas especializadas, ou por campanhas de captura e abate ou translocação para locais onde os javalis são um recurso e não um problema, como é o caso de zonas de caça vedadas onde não existe o problema de transferência do problema para outro lado.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Concorda V. Exa. com a necessidade de, por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, agilizar as autorizações de controlo de população e correção de densidades de javalis, de forma célere e simplificada, permitindo o abate dos animais sob pena das ações não terem sucesso, principalmente nas regiões onde tradicionalmente

estes problemas ocorrem, como é o caso das regiões onde existe cultura do milho e em zonas de minifúndio, onde os estragos não são tão volumosos em termos económicos, mas são muito significativos para os pequenos agricultores e para a agricultura familiar?

2. Pondera V. Exa. adequar ou alterar a legislação da caça, de modo a que seja possível transformar estes javalis problemáticos em recursos exploráveis, nomeadamente permitindo que animais capturados em zonas onde estão em excesso possam ser translocados para outras zonas com determinadas características, como por exemplo, zonas de caça maior com condições adequadas?

3. Tem o Ministério do Ambiente articulado com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural a procura de soluções para este problema?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 28 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)